

MAURICIO GODINHO DELGADO

**CURSO DE
DIREITO DO TRABALHO**

14ª edição

LT^R



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-001
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Fevereiro, 2015

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: RLUX
Projeto de capa: FÁBIO GIGLIO
Impressão: ORGRAFIC GRÁFICA E EDITORA

Versão impressa — LTr 5207.3 — ISBN 978-85-361-3218-1
Versão E-book — LTr 8552.1 — ISBN 978-85-361-3235-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Delgado, Mauricio Godinho
Curso de direito do trabalho / Mauricio Godinho
Delgado. — 14. ed. — São Paulo : LTr, 2015.

Bibliografia

1. Direito do trabalho 2. Direito do trabalho —
Brasil I. Título.

14-13414

CDU-34:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito do trabalho 34:331(81)
2. Direito do trabalho : Brasil 34:331(81)

SUMÁRIO

LIVRO I INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

CAPÍTULO I CARACTERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	45
II. DEFINIÇÃO	45
III. DENOMINAÇÃO	48
IV. CONTEÚDO	51
V. FUNÇÕES	53
VI. ABRANGÊNCIA DA ÁREA JURÍDICO-TRABALHISTA.....	58
VII. DIVISÃO INTERNA DO DIREITO DO TRABALHO	60
1. Segmento em Destaque: Direito Constitucional do Trabalho.....	62
2. Segmento em Destaque: Direito Internacional do Trabalho.....	64
VIII. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DO TRABALHO — SÍNTESE.....	66
IX. TEMAS RECORRENTES: FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO TRABALHISTAS	67

CAPÍTULO II AUTONOMIA E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	71
II. AUTONOMIA	71
III. NATUREZA JURÍDICA	74
IV. RELAÇÕES DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTROS CAMPOS DO DIREITO.....	80
1. Relações com o Direito Constitucional	80
2. Relações com Princípios Gerais de Direito e de outros Ramos Jurídicos.....	81
3. Relações com o Direito Civil	83
4. Relações com o Direito Previdenciário (ou de Seguridade Social).....	84
5. Direito do Trabalho e Direitos Humanos	85

CAPÍTULO III ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	87
II. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO DIREITO DO TRABALHO — PROPOSIÇÕES METODOLÓGICAS.....	87
III. POSICIONAMENTO DO DIREITO DO TRABALHO NA HISTÓRIA	89
IV. PROCESSO DE FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	92
V. FASES HISTÓRICAS DO DIREITO DO TRABALHO	97
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas.....	99
2. Sistematização e Consolidação	100
3. Institucionalização do Direito do Trabalho	101
4. Crise e Transição do Direito do Trabalho.....	102

VI. MODELOS PRINCIPAIS DE ORDENS JURÍDICAS TRABALHISTAS	104
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	105
A) Normatização Autônoma e Privatística	105
B) Normatização Privatística Subordinada	106
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	107
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares.....	108

CAPÍTULO IV ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

I. INTRODUÇÃO	110
II. PERIODIZAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO BRASILEIRO.....	110
1. Manifestações Incipientes ou Esparsas.....	111
2. Institucionalização do Direito do Trabalho	114
Análise Comparativa.....	117
3. Transição Democrática do Direito do Trabalho Brasileiro: a Constituição de 1988	118
A) Arquitetura Democrática Constitucional.....	119
B) Crise Cultural: desregulamentação e flexibilização	120
C) Arquitetura Democrática Constitucional: outros traços.....	121
III. O MODELO JUSTRABALHISTA BRASILEIRO TRADICIONAL.....	123
1. Parâmetro Estatal-subordinado de Gestão Trabalhista	123
2. Modelo Justrabalista Brasileiro Tradicional: caracterização sociojurídica e reprodução histórica	126
IV. A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA JUSTRABALHISTA.....	127
1. Avanços Democráticos da Constituição de 1988.....	128
A) Renovação da Cultura Jurídica Brasileira	129
B) A Carta de Direitos de 1988	131
2. Contradições Antidemocráticas do Texto Original de 1988.....	132
3. Evolução Constitucional Democratizante: EC n. 24/99 e EC n. 45/04.....	134
V. DIREITO DO TRABALHO: AVALIAÇÃO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL MAIS DE DUAS DÉCADAS APÓS 1988	135

CAPÍTULO V ORDENAMENTO JURÍDICO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	139
II. FONTES DO DIREITO: CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	139
1. Conceito	139
2. Classificação	140
A) Fontes Materiais.....	140
B) Fontes Formais	142
Heteronomia e Autonomia	143
C) Normas, Princípios e Regras	145
III. FONTES FORMAIS JUSTRABALHISTAS: TIPOS JURÍDICOS	146
IV. FONTES HETERÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	147

1. Constituição	147
A) Sentido Material e Sentido Formal	148
B) Eficácia Jurídica da Constituição	149
a) Vertente Tradicional	150
b) Vertente Moderna.....	151
c) Análise Comparativa	153
C) Constituição: o desafio da efetividade	154
2. Lei (e Medida Provisória)	155
3. Tratados e Convenções Internacionais.....	157
4. Regulamento Normativo (Decreto)	159
5. Portarias, Avisos, Instruções, Circulares.....	160
6. Sentença Normativa.....	161
V. FONTES AUTÔNOMAS DO DIREITO DO TRABALHO	164
1. Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho.....	164
Aderência Contratual	165
2. Contrato Coletivo de Trabalho	168
3. Usos e Costumes.....	170
VI. FIGURAS ESPECIAIS	171
1. Figuras Justrabalhistas Especiais.....	171
A) Laudo Arbitral (Arbitragem).....	171
B) Regulamento Empresarial.....	173
2. Outras Figuras Jurídicas Especiais.....	173
A) Jurisprudência.....	174
B) Princípios Jurídicos	176
C) Doutrina	177
D) Equidade.....	177
3. Referências Finais	179
A) Analogia	179
B) Cláusulas Contratuais.....	179
VII. HIERARQUIA ENTRE AS FONTES JUSTRABALHISTAS	180
1. Hierarquia Normativa: teoria geral	181
2. Hierarquia Normativa: especificidade justrabalhista	182
3. Aplicação da Teoria Especial Trabalhista.....	183
Acumulação <i>versus</i> Conglobamento	186

CAPÍTULO VI PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	189
1. Ciência e Princípios	190
2. Direito e Princípios.....	190
II. PRINCÍPIOS DE DIREITO: FUNÇÕES E CLASSIFICAÇÃO	192
1. Fase Pré-jurídica ou Política	192
2. Fase Jurídica.....	192
A) Princípios Descritivos (ou Informativos).....	193

B) Princípios Normativos Subsidiários.....	193
C) Princípios Normativos Concorrentes	193
III. PRINCÍPIOS JURÍDICOS GERAIS APLICÁVEIS AO DIREITO DO TRABALHO — ADEQUAÇÕES	195
1. Princípios Gerais — adequações.....	196
2. Máximas e Brocardos Jurídicos	198
IV. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS AO DIREITO DO TRABALHO	199
V. PRINCÍPIOS DE DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	200
1. Núcleo Basilar de Princípios Especiais.....	201
A) Princípio da Proteção.....	201
B) Princípio da Norma Mais Favorável.....	202
C) Princípio da Imperatividade das Normas Trabalhistas.....	204
D) Princípio da Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.....	204
E) Princípio da Condição Mais Benéfica	205
F) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	206
Intangibilidade Contratual Objetiva	208
G) Princípio da Intangibilidade Salarial.....	209
H) Princípio da Primazia da Realidade sobre a Forma	210
I) Princípio da Continuidade da Relação de Emprego.....	211
2. Princípios Justrabalhistas Especiais Controvertidos.....	214
A) Princípio <i>in dubio pro operario</i>	215
B) Princípio do Maior Rendimento.....	217
VI. INDISPONIBILIDADE DE DIREITOS: RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	218
1. Diferenciação de Figuras	218
2. Extensão da Indisponibilidade	219
3. Requisitos da Renúncia e Transação	221
A) Renúncia	221
B) Transação	221

CAPÍTULO VII INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	224
II. INTERPRETAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO.....	224
1. A Interpretação no Conhecimento Humano	224
2. A Interpretação no Direito.....	226
A) Interpretação na Fase de Construção da Norma.....	226
B) Interpretação do Direito Construído.....	227
3. Hermenêutica Jurídica	228
A) Distinções Relevantes.....	228
B) Função da Interpretação Jurídica	231

C) Tipologias da Interpretação Jurídica	232
a) Tipologia Segundo a Origem da Interpretação	232
b) Tipologia Segundo os Resultados da Interpretação	234
c) Tipologia Segundo os Métodos de Interpretação	234
D) Principais Métodos de Exegese do Direito	234
E) Sistemas Teóricos de Interpretação	237
a) Hermenêutica Tradicional	238
b) Escola Exegética Francesa	238
c) Escola Histórico-evolutiva	238
d) Escola da Interpretação Científica	239
e) Escola da Livre Investigação	239
f) Contraponto Avaliativo	239
F) Especificidade da Interpretação Juístral	239
G) Hermenêutica Constitucional e Direito do Trabalho	241
4. Disfunções no Processo Interpretativo	242
III. INTEGRAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	243
1. Conceituação	243
2. Tipos de Integração Jurídica	245
3. Procedimento Analógico	246
IV. APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	247
1. Conceituação	247
2. Aplicação do Direito do Trabalho no Tempo	247
Princípio da Aderência Contratual	248
3. Aplicação do Direito do Trabalho no Espaço	252
A) Critério Especial da Lei n. 7.064, de 1982	253
B) Lei n. 11.962, de 2009 – impacto jurídico	254

CAPÍTULO VIII PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	256
II. DISTINÇÕES CORRENTES	258
1. Decadência <i>versus</i> Prescrição	258
2. Preclusão <i>versus</i> Prescrição	259
3. Perempção <i>versus</i> Prescrição	259
III. A DECADÊNCIA NO DIREITO DO TRABALHO	260
IV. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	261
1. Causas Impeditivas e Causas Suspensivas	262
2. Causas Interruptivas	263
V. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS	264
1. Fatores Tipificados	264
Critério da <i>Actio Nata</i>	264
2. Outros Fatores Atuantes	265

VI. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA: CAUSAS INTERRUPTIVAS.....	266
VII. NORMAS ESPECÍFICAS À PRESCRIÇÃO TRABALHISTA.....	268
1. Prazos Prescricionais.....	268
A) Prescrição nos Contratos Urbanos.....	268
B) Prescrição nos Contratos Rurais.....	270
a) Prazo Diferenciado (Antes da EC 28/2000).....	270
b) Unificação de Prazos (EC 28/2000).....	271
C) Prescrição nos Contratos Domésticos.....	273
D) Prescrição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.....	275
E) Prescrição em Ações Meramente Declaratórias.....	276
2. Termo Inicial de Contagem da Prescrição.....	277
A) Parcelas Oriundas de Sentença Normativa.....	278
B) Parcelas de Complementação de Aposentadoria.....	278
C) Prescrição Total e Prescrição Parcial.....	282
D) Prescrição em Danos Morais.....	284
3. Arguição da Prescrição: legitimidade e momento.....	285
A) Legitimidade para Arguição.....	285
B) Momento Próprio para Arguição.....	287
a) Arguição na Fase de Conhecimento.....	287
b) Arguição na Fase de Liquidação e Execução.....	288
C) Decretação Automática pelo Juiz: ponderações.....	288
4. Prescrição Intercorrente.....	289
VIII. PRESCRIÇÃO: ESPECIFICIDADES TRABALHISTAS E NOVA COMPETÊNCIA AMPLIADA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	291

LIVRO II
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO
CAPÍTULO IX
RELAÇÃO DE EMPREGO — CARACTERIZAÇÃO

I. INTRODUÇÃO.....	295
Relação de Trabalho <i>versus</i> Relação de Emprego.....	295
II. CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	297
1. Distinções na História do Direito.....	297
2. Critérios de Caracterização da Relação Empregatícia.....	299
A) Trabalho por Pessoa Física.....	300
B) Pessoalidade.....	301
C) Não eventualidade.....	302
a) Eventualidade <i>versus</i> Não eventualidade: teorias.....	304
b) Trabalho Eventual: caracterização.....	306
D) Onerosidade.....	307
E) Subordinação.....	310
a) Conceito e Caracterização.....	311

b) Natureza da Subordinação	312
c) Dimensões da Subordinação: clássica, objetiva, estrutural	313
III. VALIDADE JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO: ELEMENTOS JURÍDICO-FORMAIS DO CONTRATO EMPREGATÍCIO.....	316
IV. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	318
1. Teorias Contratualistas Tradicionais	320
A) Teoria do Arrendamento.....	320
B) Teoria da Compra e Venda	321
C) Teoria do Mandato	322
D) Teoria da Sociedade	322
E) Contratualismo Tradicional: análise crítica.....	323
2. Teoria Contratualista Moderna	323
3. Teorias Acontratualistas	326
A) Teoria da Relação de Trabalho	326
B) Teoria Institucionalista	328
C) Acontratualismo: análise crítica	329

CAPÍTULO X RELAÇÕES DE TRABALHO LATO SENSU

I. INTRODUÇÃO	331
Presunção jurídica	332
II. EXCLUDENTE LEGAL DA FIGURA DO EMPREGADO — VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA..	333
Servidores Irregulares.....	334
III. CONTRAPONTO ESTÁGIO <i>VERSUS</i> RELAÇÃO DE EMPREGO	335
1. Estágio — caracterização tradicional (Lei n. 6.494/1977).....	336
A) Requisitos Formais	336
B) Requisitos Materiais.....	338
2. Estágio — nova caracterização (Lei n. 11.788/2008)	338
A) Requisitos Formais	341
B) Requisitos Materiais.....	346
3. Estágio: avaliação crítica	347
IV. A QUESTÃO DAS COOPERATIVAS.....	348
1. A Lei n. 8.949, de 1994	349
A) Princípio da Dupla Qualidade	350
B) Princípio da Retribuição Pessoal Diferenciada.....	350
2. A Lei n. 12.690, de 2012	353
A) Restrições ao Veículo Cooperativista	354
B) Direitos Sociais dos Cooperados.....	356
C) Relação de Emprego <i>versus</i> Relação Cooperativista	356
V. TRABALHO AUTÔNOMO	357
1. Prestação de Serviços e Empreitada.....	359
2. Pacto Autônomo e Risco Contratual	360
3. Pequena Empreitada: especificidade.....	361
VI. TRABALHO EVENTUAL	362

VII. TRABALHO AVULSO.....	364
Avulso Não Portuário (Lei n. 12.023/2009): caracterização.....	367
VIII. TRABALHO VOLUNTÁRIO	370
IX. MÃE SOCIAL	373

CAPÍTULO XI O EMPREGADO

I. INTRODUÇÃO	377
Empregado e Conteúdo de sua Prestação Principal	377
II. EMPREGADOS DE FORMAÇÃO INTELECTUAL: TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	378
Constituição de 1988 e Regulação de Profissões: compatibilização.....	379
III. ALTOS EMPREGADOS: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS E TRATAMENTO JUSTRABALHISTA	380
1. Cargos ou Funções de Confiança ou Gestão: regra geral.....	381
A) Art. 62 da CLT (Antes da Lei n. 8.966/94).....	381
B) Art. 62 da CLT (Após a Lei n. 8.966/94).....	382
C) Efeitos do Cargo de Confiança	384
2. Cargos ou Funções de Confiança: especificidade bancária	385
3. Diretores Empregados	386
A) Diretor Recrutado Externamente	387
Contraponto de Vertentes	389
B) Empregado Eleito Diretor.....	389
4. Socioempregado: hipóteses jurídicas	391
A) Incompatibilidade de Figuras	392
B) Assimilação de Figuras	392
C) Regra Geral: compatibilidade de figuras jurídicas	393
D) Sociedade como Simulação	393
IV. EMPREGADO DOMÉSTICO	394
1. Definição	394
2. Estrutura da Relação Empregatícia Doméstica	395
A) Elementos Fático-jurídicos Gerais	396
Relação de Emprego entre Cônjuges ou Companheiros.....	397
B) Elemento Fático-jurídico da Não eventualidade	397
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	400
a) Finalidade Não lucrativa dos Serviços.....	400
b) Prestação Laboral à Pessoa ou Família	402
c) Âmbito Residencial de Prestação Laborativa.....	403
3. Direitos Trabalhistas Estendidos aos Domésticos	404
A) Fase de Exclusão Jurídica	404
B) Fase de Inclusão Jurídica	404
a) Lei n. 5.859/1972 e Regras do Vale Transporte.....	404
b) CF/88: oito novos direitos	405
c) A Peculiar Lei n. 10.208/2001.....	405
d) Lei n. 11.324/2006: quatro novos direitos	406
e) EC n. 72/2013: 16 novos direitos.....	407

4. Parcelas Trabalhistas Controvertidas	408
A) Férias Anuais Remuneradas.....	408
B) Licença-paternidade e Licença-gestante	410
C) Garantia de Emprego à Gestante	411
D) Aviso-Prévio Proporcional.....	412
E) O Sentido do Novo Parágrafo Único do Art. 7º da CF/88 (EC n. 72/2013).....	415
5. Peculiaridades Rescisórias.....	416
6. Fiscalização Trabalhista e Multa Administrativa.....	416
V. EMPREGADO RURAL	417
1. Evolução Jurídica.....	417
A) Fase de Restrição de Direitos.....	418
B) Fase de Aproximação de Situações Jurídicas	418
C) Fase Contemporânea: acentuação da igualdade	419
Unificação do Prazo Prescricional.....	420
2. Caracterização do Empregado Rural.....	421
A) Antigo Critério Celetista.....	422
B) Critério Hoje Prevalente	422
C) Elementos Fático-jurídicos Especiais	423
a) Enquadramento Rurícola do Empregador	423
b) Imóvel Rural ou Prédio Rústico.....	424
3. Caracterização do Empregador Rural.....	425
VI. O ÍNDIO COMO EMPREGADO	428
VII. EMPREGADO APRENDIZ	430

CAPÍTULO XII O EMPREGADOR

I. INTRODUÇÃO	431
Definição da CLT: análise crítica	431
II. EMPREGADOR-CARACTERIZAÇÃO	432
1. Despersonalização.....	433
2. Assunção dos Riscos (Alteridade)	434
Atenuações do Risco Empresarial.....	436
3. Empresa e Estabelecimento	437
III. GRUPO ECONÔMICO PARA FINS JUSTRABALHISTAS.....	438
1. Definição	438
2. Objetivos da Figura	438
3. Caracterização do Grupo Econômico	439
A) Abrangência Objetiva	439
B) Abrangência Subjetiva	439
C) Nexo Relacional Interempresas.....	441
4. Solidariedade Resultante do Grupo Econômico	442
A) Solidariedade Exclusivamente Passiva	443
B) Solidariedade Passiva e Ativa: empregador único.....	444
5. Aspectos Processuais.....	445

IV. SUCESSÃO DE EMPREGADORES	446
1. Definição e Denominação	446
2. Sucessão Trabalhista: caracterização	447
A) Situações-tipo Tradicionais de Sucessão	448
B) Situações-tipo Novas de Sucessão	449
3. Requisitos da Sucessão Trabalhista	450
A) Transferência de Unidade Econômico-jurídica	450
Título Jurídico da Transferência	451
B) Continuidade na Prestação Laborativa	453
C) Situações-tipo Novas de Sucessão: requisitos	454
4. Fundamentos da Sucessão Trabalhista	455
A) Fundamentação Doutrinária	455
B) Fundamentação Legal	455
5. Abrangência da Sucessão Trabalhista	456
A) Regra Geral Trabalhista	456
B) Restrições Tópicas à Sucessão	456
a) Empregador Doméstico	456
b) Empregador Empresa Individual	457
c) Estado ou Município Desmembrados	457
d) Empregador em Falência ou Recuperação Empresarial	457
e) A Peculiaridade dos Cartórios Extrajudiciais	459
6. Efeitos da Sucessão Trabalhista	460
A) Posição Jurídica do Sucessor Empresarial	460
Cláusula de Não responsabilização	460
B) Posição Jurídica do Empregador Sucedido	461
C) Insurgência Obreira Contra a Sucessão	462
7. Natureza Jurídica da Sucessão Trabalhista	463
A) Figuras Civilistas Clássicas	464
B) Singularidade Trabalhista	465
V. EMPREGADORES EM DESTAQUE	466
1. Empregador Estatal	466
A) Pessoa Jurídica de Direito Público	466
B) Empresa Pública e Sociedade de Economista Mista	468
2. Cartório Extrajudicial	469
3. Consórcio de Empregadores	470

CAPÍTULO XIII TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	473
Evolução Histórica no Brasil	474
II. NORMATIVIDADE JURÍDICA SOBRE TERCEIRIZAÇÃO	475
1. Legislação Heterônoma Estatal	476
A) Decreto-Lei n. 200/67 e Lei n. 5.645/70	477
B) Lei n. 6.019/74 e Lei n. 7.102/83	478

C) Parágrafo único do art. 442, CLT — cooperativas.....	478
D) Outras Referências Legais	480
2. Constituição de 1988	483
3. Jurisprudência Trabalhista	485
III. TERCEIRIZAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E EFEITOS JURÍDICOS	487
1. Terceirização Lícita e Ilícita	487
A) Terceirização Lícita: situações-tipo	488
B) Ausência de Pessoalidade e Subordinação Diretas	490
C) Terceirização Ilícita	490
2. Efeitos Jurídicos da Terceirização.....	491
A) Vínculo com o Tomador de Serviços.....	491
B) Isonomia: salário equitativo.....	491
IV. ESPECIFICIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	494
V. TERCEIRIZAÇÃO POR MEIO DA LEI N. 6.019/74.....	498
1. Trabalho Temporário: caracterização.....	498
2. Hipóteses de Pactuação	500
3. Formalidades e Prazos	501
4. Direitos da Categoria Temporária	502
5. Trabalho Temporário e Salário Equitativo	504
VI. TERCEIRIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE	505
Responsabilização de Entidades Estatais Terceirizantes.....	506
VII. ASPECTOS PROCESSUAIS.....	509
1. Competência	509
2. Litisconsórcio Passivo.....	511
VIII. UM RELEVANTE DEBATE: CONTROLE CIVILIZATÓRIO DA TERCEIRIZAÇÃO.....	511
1. Terceirização e Não Discriminação Remuneratória — salário equitativo	512
2. Terceirização e Responsabilidade Trabalhista.....	515
3. Terceirização e Atuação Sindical	518
4. Século XXI — outros controles pertinentes	520

CAPÍTULO XIV

RESPONSABILIDADE POR VERBAS TRABALHISTAS

I. INTRODUÇÃO	523
II. RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR E ENTES DO GRUPO ECONÔMICO	523
III. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO	525
1. Panorama Normativo	525
2. Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica	526
3. Dimensões da Responsabilidade do Sócio.....	528
IV. RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTROS TIPOS DE TERCEIRIZAÇÃO	530
V. RESPONSABILIDADE DO SUBEMPREGADO	531
VI. RESPONSABILIDADE DO DONO DA OBRA (OU TOMADOR DE SERVIÇOS).....	533
1. Situações de Não Responsabilização.....	534
2. Situações de Responsabilização	535
VII. RESPONSABILIDADE NOS CONSÓRCIOS DE EMPREGADORES.....	539

CAPÍTULO XV
CONTRATO DE TRABALHO — CARACTERIZAÇÃO, MORFOLOGIA E NULIDADES

I. INTRODUÇÃO	542
II. ASPECTOS CONCEITUAIS DO CONTRATO DE TRABALHO	543
1. Definição	543
Definição da CLT: crítica	543
2. Denominação	544
3. Caracteres	545
III. MORFOLOGIA DO CONTRATO (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)	549
1. Elementos Essenciais (Jurídico-formais) do Contrato	551
A) Capacidade das Partes	551
B) Licitude do Objeto	554
C) Forma Regular ou Não Proibida	556
Forma e Prova	557
D) Higiene de Manifestação da Vontade	557
2. Elementos Naturais do Contrato	559
3. Elementos Acidentais do Contrato: condição e termo	559
IV. VÍCIOS E DEFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO — NULIDADES	560
1. Teoria Trabalhista de Nulidades	561
A) Aplicação Plena da Teoria Trabalhista	562
B) Aplicação Restrita da Teoria Trabalhista	563
C) Inaplicabilidade da Teoria Especial Trabalhista	564
2. Tipos de Nulidades	565
A) Nulidade Total e Parcial	565
B) Nulidade Absoluta e Relativa	565
3. Nulidade e Prescrição	566

CAPÍTULO XVI
CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES

I. INTRODUÇÃO	568
II. CONTRATOS EXPRESSOS E CONTRATOS TÁCITOS	568
III. CONTRATOS INDIVIDUAIS E CONTRATOS PLÚRIMOS. A EXPRESSÃO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. CONTRATO DE EQUIPE	570
1. Distinções	570
2. A Expressão Contrato Coletivo de Trabalho	570
3. Contratos Plúrimos e de Equipe	572
IV. CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO	573
1. Aspectos Gerais	573
2. Efeitos Específicos do Contrato por Tempo Indeterminado	574
A) Interrupção e Suspensão Contratuais	574
B) Estabilidade e Garantias de Emprego	574
C) Efeitos Rescisórios	575
V. CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO (A TERMO)	577
1. Hipóteses de Pactuação	577
2. Meios de Fixação do Termo Final	580

3. Prazos Legais	582
4. Prorrogação e Sucessividade Contratuais.....	582
5. Indeterminação Contratual Automática (“Novação”).....	584
6. Efeitos Rescisórios nos Contratos a Termo	585
7. Suspensão e Interrupção nos Contratos a Termo. Garantias de Emprego e Contratos a Termo.....	587
A) Acidente de Trabalho: exceção relevante	588
B) Garantia à Gestante e ao Nascituro: outra exceção relevante	590
8. Contratos a Termo: forma e prova	591
9. O Tempo de Serviço nos Contratos a Termo	592

CAPÍTULO XVII TIPOS DE CONTRATOS A TERMO

I. INTRODUÇÃO	595
II. TIPOS CLÁSSICOS DE CONTRATOS A TERMO	595
1. Contrato de Experiência.....	595
A) Caracterização.....	597
B) Efeitos Contratuais.....	597
C) Natureza Jurídica do Contrato de Experiência — A Figura do Período de Experiência..	598
2. Contrato de Safra.....	601
Contrato Rural por Pequeno Prazo	604
3. Contrato de Obra Certa.....	604
4. Contrato por Temporada	606
5. Contrato de Aprendizagem (Empregado Aprendiz)	607
III. NOVO PACTO A TERMO: O CONTRATO PROVISÓRIO DA LEI N. 9.601, DE 1998.....	609
1. Celebração Contratual	610
A) Hipóteses de Pactuação	610
B) Requisitos do Contrato.....	611
2. Caracterização da Figura Jurídica	612
A) Denominação	612
B) Características Trabalhistas Comuns	614
a) Prazo de Duração	614
b) Meios de Fixação do Termo Final	614
c) Sucessividade Contratual.....	616
d) Tempo de Serviço (<i>Accessio Temporis</i>).....	616
C) Características Trabalhistas Especiais	619
a) Pactuação do Contrato	619
b) Formalidade Contratual	620
c) Prorrogação Contratual	621
3. Extinção Contratual: efeitos jurídicos.....	622
a) Extinção normal do contrato (cumprimento do prazo prefixado).....	622
b) Extinção contratual em face de dispensa antecipada pelo empregador.....	622

c) Extinção contratual em face de pedido de demissão antecipada pelo empregado	623
d) Extinção contratual em face de pedido de demissão ou dispensa antecipadas, havendo no contrato cláusula assecuratória do direito recíproco de antecipação rescisória	623
A) Acidente do Trabalho: exceção rescisória	624
B) Garantia à Gestante e ao Nascituro: outra exceção rescisória	626
4. Direitos Trabalhistas Aplicáveis	627
A) Parcelas Comuns aos Demais Contratos	627
B) Parcelas Modificadas pela Lei n. 9.601/98	628
C) Parcelas Trabalhistas Novas	629
D) Novo Contrato Provisório: limites à redução de direitos	629
5. Vantagens Tributárias e Creditícias Decorrentes	630
6. Lei n. 9.601, de 1998: reflexões complementares	631
A) Lei n. 9.601/98 e Desemprego	631
B) Lei n. 9.601/98 e Flexibilização Trabalhista	633
C) Lei n. 9.601/98 e Constituição da República	634
a) Incompatibilidades Globais	634
b) Incompatibilidades Tópicas	635

CAPÍTULO XVIII CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS

I. INTRODUÇÃO	637
Contratos de Atividade	637
II. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	638
III. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE EMPREITADA	639
Pequena Empreitada na CLT	641
IV. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE MANDATO	642
V. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE PARCERIA RURAL	644
VI. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE SOCIEDADE	646
VII. CONTRATO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL (E/OU CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO)	648
1. Representação Comercial e/ou Agência e Distribuição: dinâmica jurídica	649
A) Caracterização	649
B) Remuneração	649
C) Rescisão Contratual	650
2. Representação Mercantil e/ou Agência e Distribuição <i>versus</i> Contrato Empregatício: contrapontos	650
3. Empregado Vendedor: regras próprias	653
A) Comissões — estrutura e dinâmica jurídicas	653
a) Conceito e Natureza	654
b) Dinâmica Comissional	654
B) Pagamento da Comissão	655
C) Ultimação do Negócio — data presumida	655
D) Risco Concernente às Vendas	656
E) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor	656

F) Exclusividade de Zona de Trabalho	657
G) Cláusula “ <i>Star del Credere</i> ”	657

CAPÍTULO XIX

EFEITOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO: PRÓPRIOS E CONEXOS. AS INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	659
II. EFEITOS CONTRATUAIS PRÓPRIOS	660
1. Obrigações do Empregador	660
2. Obrigações do Empregado	660
3. Poder Empregatício como Efeito do Contrato	661
III. EFEITOS CONEXOS: DIREITOS INTELECTUAIS	661
1. Direitos Intelectuais: modalidades e natureza	662
Natureza Jurídica	662
2. Direitos da Propriedade Industrial e Contrato de Emprego	662
A) Trabalho Intelectual como Objeto do Contrato	663
B) Trabalho Intelectual sem Relação com o Contrato	664
C) Trabalho Intelectual Favorecido por Circunstâncias Contratuais	665
IV. EFEITOS CONEXOS: INDENIZAÇÕES POR DANOS MORAIS E MATERIAIS SOFRIDOS PELO EMPREGADO	666
1. Indenização por Dano Moral, Inclusive Estético, ou Dano à Imagem	666
2. Lesões Acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	668
3. Responsabilidade Indenizatória: requisitos	670
A) Requisitos Clássicos	671
B) Objetivação da Responsabilidade	673
C) Atenuação ou Exclusão da Responsabilidade	674
4. Aferição do Dano Moral, Estético ou à Imagem e Respectivo Valor Indenizatório	675
A) Referências Normativas Anteriores a 5.10.1988	676
B) Aferição do Dano Moral e Fixação da Indenização: critérios	677
a) Critério Constitucional Prevalente	678
b) Critérios Constitucionalmente Repelidos	679
5. Aferição do Dano Material e Respectivo Valor Indenizatório	681
6. Competência Judicial	683
7. Regra Prescricional	686
Danos pela Infelizmente do Trabalho — transição	687
V. EFEITOS CONEXOS: O UNIVERSO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR E A TUTELA JURÍDICA EXISTENTE	688
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador: universo jurídico	689
2. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	689
A) Caracterização do Contraponto Jurídico	690
B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	690
3. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque	691

A) Dano Moral Individual	691
A-1) Pré-contratação trabalhista	692
A-2) Dinâmica da seleção e da contratação trabalhistas	692
A-3) Ofensas físicas	693
A-4) Ofensas morais	693
A-5) Assédio sexual.....	693
A-6) Revistas íntimas	694
A-7) Revistas em pertences obreiros, embora não íntimas	694
A-8) Limitação de uso de banheiros no ambiente laborativo	694
A-9) Divulgação de nomes e dados contratuais de empregados, especialmente sa- lários.....	694
A-10) Câmaras televisivas de segurança em banheiros.....	695
A-11) Dinâmica de metas de desempenho e respectivas cobranças	695
A-12) Uso de técnicas motivacionais abusivas e desrespeitosas.....	696
A-13) Assédio moral.....	696
A-14) Controle de correspondências no ambiente laborativo	696
A-15) Controle de correspondências eletrônicas (e-mails)	697
A-16) Controle de uso de equipamentos eletrônicos e de informática, inclusive acesso à internet	698
A-17) Quebra de sigilo bancário de empregado de Banco	698
A-18) Danos derivados de acidentes de trabalho	699
A-19) Condições degradantes no ambiente do trabalho.....	699
A-20) Atrasos reiterados de salários	700
A-21) Exercício de função perigosa, não integrante do contrato	700
A-22) Afronta à inviolabilidade física e à segurança ou estresse acentuado, em face de violência decorrente do exercício de função perigosa	700
A-23) Conduta de discriminação no ambiente laborativo.....	701
A-24) Desrespeito a direitos intelectuais, especialmente relativos à autoria	702
A-25) Violação à imagem	702
A-26) Acusação não comprovada de ato ilícito.....	703
A-27) Anotação desabonadora em Carteira de Trabalho.....	704
A-28) Dispensa discriminatória	704
A-29) Supressão injustificável de plano de saúde	705
A-30) Elaboração ou divulgação de “lista suja” de trabalhadores.....	706
B) Dano Moral Coletivo.....	706

CAPÍTULO XX

O PODER NO CONTRATO DE TRABALHO — DIRETIVO, REGULAMENTAR, FISCALIZATÓRIO, DISCIPLINAR

I. INTRODUÇÃO	709
II. PODER EMPREGATÍCIO: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	710
1. Conceituação	710
Poder Empregatício <i>versus</i> Poder Hierárquico	710
2. Caracterização	711
A) Poder Diretivo	712

B) Poder Regulamentar	712
Natureza dos Dispositivos Regulamentares	713
C) Poder Fiscalizatório	714
Limites ao Poder de Controle	715
D) Poder Disciplinar	716
III. FUNDAMENTOS DO PODER EMPREGATÍCIO	718
1. Fundamentos Doutrinários	718
A) Propriedade Privada	719
B) Institucionalismo	720
C) Delegação do Poder Público	721
D) Contrato	722
E) Uma Variante: a autonomia como fundamento jurídico	724
2. Fundamentos Legais	726
IV. NATUREZA JURÍDICA DO PODER EMPREGATÍCIO	727
1. Concepções Tradicionais	727
A) Direito Potestativo	728
B) Direito Subjetivo	729
C) <i>Status</i> Jurídico	730
D) Direito-função	731
Poder e Cidadania	732
2. Teoria da Relação Jurídica Contratual Complexa	733
Virtudes da Concepção Relacional	734
V. O PODER DISCIPLINAR	737
1. Fundamentos	737
A) Posição Negativista	737
B) Posição Autonomista	738
C) Vertente Intermediária	739
2. Infrações Características	740
A) Critérios de Caracterização	740
B) Infrações Obreiras Tipificadas	741
3. Penalidades Características	742
A) Modalidades Acolhidas	742
B) Modalidades Rejeitadas	745
4. Critério de Aplicação de Penalidades (Requisitos Incidentes)	746
A) Requisitos Objetivos	747
B) Requisitos Subjetivos	748
C) Requisitos Circunstanciais	749
5. Intervenção Judicial	752
6. Poder Disciplinar e Direito Obreiro de Resistência	754
VI. PODER EMPREGATÍCIO E DIREITOS DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR: NOVOS DESAFIOS	756
1. Direitos da Personalidade do Trabalhador e Poder Empregatício: contrapontos e harmonização de princípios, regras e institutos jurídicos	756
A) Caracterização do Contraponto Jurídico	756

B) Harmonização das Dimensões Jurídicas Contrapostas	757
2. Dano Moral na Relação de Emprego: situações em destaque.....	757

CAPÍTULO XXI REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

I. INTRODUÇÃO	759
II. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO: DISTINÇÕES	759
1. Salário: definição.....	759
2. Remuneração: definição e distinções	760
Remuneração e Gorjetas.....	760
III. SALÁRIO: DENOMINAÇÕES	764
1. Denominações Impróprias	764
A) Salário de Contribuição e Salário de Benefício.....	764
B) Salário-Família.....	765
C) Salário-Maternidade	765
D) Salário-Educação.....	767
E) Salário Mínimo de Referência	767
F) Salário Social	767
2. Denominações Próprias.....	768
A) Salário Mínimo, Salário Profissional, Salário Normativo.....	768
Piso Salarial.....	768
B) Salário Básico	769
C) Salário Isonômico, Salário Equitativo, Salário Substituição, Salário Supletivo.....	769
D) Salário Judicial.....	770
E) Salário Complexivo	770
F) Salário Condição	770
G) Salário Progressivo.....	770
H) Outras Denominações	771
IV. SALÁRIO: COMPOSIÇÃO E DISTINÇÕES.....	771
Efeito Expansionista Circular	771
1. Composição do Salário (Parcelas Salariais).....	771
A) Parcelas Salariais Tipificadas	772
B) Parcelas Salariais Não Tipificadas.....	772
C) Parcelas Salariais Dissimuladas	772
2. Parcelas Salariais Dissimuladas.....	773
A) Diárias de Viagem e Ajudas de Custo.....	773
B) Outras Parcelas Dissimuladas.....	774
V. PARCELAS NÃO SALARIAIS	775
1. Classificação Segundo a Natureza Jurídica	775
A) Parcelas de Natureza Indenizatória.....	775
B) Parcelas Meramente Instrumentais	776
Outras Utilidades Não Salariais	776
C) Parcelas de Direito Intelectual	776

D) Participação nos Lucros ou Resultados.....	777
<i>Stock Options</i> : enquadramento jurídico	778
E) Parcelas Previdenciárias Oficiais	779
F) Parcelas Previdenciárias Privadas	782
G) Parcelas de Seguridade Social	782
H) Parcelas Pagas por Terceiros	783
2. Classificação Segundo a Origem (ou Devedor Principal)	786
A) Parcelas Não Salariais Devidas e Pagas pelo Empregador.....	786
B) Parcelas Não Salariais Pagas Através do Empregador, Embora Não Devidas por Ele ..	787
C) Parcelas Pagas por Terceiros ao Empregado	787
VI. CARACTERES DO SALÁRIO.....	787
VII. CLASSIFICAÇÃO DO SALÁRIO	793
1. Tipologias Principais	793
2. Modos de Aferição Salarial: tipos de salário	795
A) Salário por Unidade de Tempo.....	795
B) Salário por Unidade de Obra	797
C) Salário-Tarefa.....	798
VIII. MEIOS DE PAGAMENTO SALARIAL: SALÁRIO-UTILIDADE	799
1. Caracterização do Salário-utilidade	799
A) Requisitos Essenciais	799
Excludentes do Salário-utilidade	800
B) O Papel da Onerosidade Unilateral da Utilidade	804
2. O Papel da Norma Jurídica Concessora da Utilidade.....	805
3. Rol de Utilidades Pertinentes.....	806
4. Repercussões da Utilidade no Contrato de Trabalho	807
A) Efeitos Contratuais da Utilidade Salarial.....	807
B) Valor da Utilidade no Contrato	808
5. Especificidades do Salário <i>In Natura</i> no Campo.....	810
IX. PARCELAS SALARIAIS: MODALIDADES ESPECIAIS DE SALÁRIOS	812
1. Salário Básico	812
2. Abono.....	813
3. Adicionais.....	815
A) Caracterização	815
B) Classificação	816
4. Gratificações	818
A) Caracterização.....	818
B) Repercussões Contratuais	820
5. 13º Salário.....	821
6. Comissões	823
A) Caracterização	823
B) Vendedores, Viajantes ou Pracistas	824
a) Ultimação do Negócio – data presumida	824

b) Pagamento da Comissão	825
c) Risco Concernente às Vendas	826
d) Inspeção e Fiscalização pelo Vendedor.....	826
e) Exclusividade de Zona de Trabalho	826
f) Cláusula "Star del Credere"	827
7. Prêmios (ou Bônus)	828
8. Outras Parcelas Salariais.....	829
A) Caracterização	829
B) Ajudas de Custo e Diárias de Viagem Irregulares	830
C) Aluguel de Veículos e Ajuda Combustível Irregulares	830
9. Parcelas Peculiares do Contrato do Atleta Profissional	831
A) Luvas e Bichos	832
a) Luvas.....	832
b) Bichos	832
B) Direito de Imagem e Direito de Arena	833
a) Direito de Imagem.....	833
b) Direito de Arena	835

CAPÍTULO XXII SISTEMA DE GARANTIAS SALARIAIS

I. INTRODUÇÃO	838
II. PROTEÇÕES JURÍDICAS QUANTO AO VALOR DO SALÁRIO.....	839
1. Irredutibilidade Salarial.....	839
2. Correção Salarial Automática.....	842
3. Patamar Salarial Mínimo Imperativo	845
A) Salário Mínimo Legal	845
Piso Salarial Estadual	847
B) Salário Profissional	847
C) Salário Normativo e Salário Convencional	849
III. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA ABUSOS DO EMPREGADOR.....	849
1. Critérios Legais de Pagamento Salarial: tempo, lugar, meios	850
A) Tempo de Pagamento	850
B) Lugar de Pagamento.....	852
C) Meios de Pagamento.....	853
2. Irredutibilidade Salarial.....	855
3. Intangibilidade Salarial: controle de descontos.....	855
A) Regra Geral de Intangibilidade	855
B) Descontos Salariais Autorizados.....	856
C) A Especificidade Rurícola no Tema dos Descontos	859
IV. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA DISCRIMINAÇÕES NA RELAÇÃO DE EMPREGO	859
1. Não discriminação e Isonomia: distinções	860
2. Proteções Antidiscriminatórias Trabalhistas: linhas gerais	863
3. Constituição de 1988: importância na temática antidiscriminatória	863

4. Tradicionais Proteções Antidiscriminatórias.....	864
5. Novas Proteções Antidiscriminatórias a Contar de 1988.....	865
A) Discriminação Contra a Mulher.....	866
B) Discriminação Contra Trabalhador Menor de 18 Anos.....	868
A EC n. 65/2010 e o Conceito de <i>Jovem</i>	873
C) Discriminação Contra o Estrangeiro.....	874
Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro.....	875
D) Discriminação Contra o Portador de Deficiência.....	877
E) Discriminação Contra o Portador de Doença Grave.....	878
F) Discriminação em Face do Tipo de Trabalho.....	879
G) Isonomia com Respeito ao Trabalhador Avulso.....	880
6. Antidiscriminação e Equiparação de Salários.....	881
A) Requisitos da Equiparação Salarial.....	882
a) Identidade de Funções.....	882
b) Identidade de Empregador.....	883
c) Identidade de Localidade.....	883
d) Simultaneidade no Exercício Funcional.....	884
B) Outros Elementos de Relevância no Tema Equiparatório.....	885
a) Diferença de Perfeição Técnica.....	886
b) Diferença de Produtividade.....	886
Uma Particularidade: salário por unidade de obra.....	887
c) Diferença de Tempo de Serviço.....	887
d) Existência de Quadro de Carreira.....	887
e) Paradigma em Readaptação Funcional.....	888
C) Um Debate: desnível salarial resultante de decisão judicial favorável ao paradigma.....	889
D) Equiparação Salarial: ônus da prova.....	889
E) Isonomia entre Brasileiro e Estrangeiro (art. 358, CLT).....	890
a) Recepção <i>versus</i> Não Recepção.....	890
b) Análise do Tipo Isonômico.....	891
7. Antidiscriminação Salarial em Empresas com Quadro de Carreira.....	892
A) Requisitos do Quadro de Carreira.....	893
B) Proteções Antidiscriminatórias.....	894
8. Antidiscriminação e Substituição de Empregados.....	895
A) Diferenciação Relevante: substituição interina ou provisória e substituição meramente eventual.....	895
B) "Substituição Permanente": ocupação de cargo vago.....	897
9. Antidiscriminação e Terceirização Trabalhista.....	898
A) Trabalho Terceirizado Temporário.....	898
B) Trabalho Terceirizado Permanente.....	900
C) Terceirização e Discriminação: problemas e soluções no Direito.....	901
a) Terceirização Ilícita em Entidades Estatais.....	901
b) O Problema Discriminatório na Terceirização Lícita.....	902

V. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADOR	905
1. Proteção Jurídica Através da Responsabilidade Trabalhista	905
A) Direções da Responsabilidade Trabalhista	907
B) Antigas e Novas Situações Polêmicas	909
2. Proteção Jurídica na Concordata do Empregador	914
3. Proteção Jurídica na Recuperação Judicial ou Extrajudicial	914
4. Proteção Jurídica na Falência do Empregador	916
Competência Judicial	918
5. Proteção Jurídica na Liquidação Extrajudicial do Empregador	920
VI. PROTEÇÕES JURÍDICAS CONTRA CREDORES DO EMPREGADO	921
1. Impenhorabilidade do Salário	922
2. Restrições à Compensação	923
3. Critério de Correção Monetária	924
4. Inviabilidade da Cessão do Crédito Salarial	925

CAPÍTULO XXIII
DURAÇÃO DO TRABALHO — JORNADA

I. INTRODUÇÃO	927
1. Jornada e Salário	927
2. Jornada e Saúde no Trabalho	928
3. Jornada e Emprego	929
II. DISTINÇÕES RELEVANTES — DURAÇÃO, JORNADA, HORÁRIO	931
1. Duração do Trabalho	931
2. Jornada de Trabalho	931
3. Horário de Trabalho	932
III. COMPOSIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	933
1. Critérios Básicos de Fixação da Jornada	933
A) Tempo Efetivamente Trabalhado	934
B) Tempo à Disposição	934
C) Tempo de Deslocamento	935
Tempo de Deslocamento — horas <i>in itinere</i>	935
2. Critérios Especiais de Fixação da Jornada	938
A) Tempo de Prontidão	938
B) Tempo de Sobreaviso	939
BIPs, <i>paggers</i> , telefones celulares e outros instrumentos de comunicação	939
C) Tempo Residual à Disposição	941
3. Jornada: tronco básico e componentes suplementares	942
A) Tronco Básico	943
B) Componentes Suplementares	943
4. A Peculiaridade dos Motoristas Profissionais: tempo de repouso, tempo de espera, tempo de reserva	944
IV. NATUREZA DAS NORMAS RELATIVAS À JORNADA: TRANSAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO	946
1. Natureza das Normas Relativas à Jornada	946
2. Transação e Flexibilização da Jornada: possibilidades e limites	947

A) Critérios Gerais Informativos.....	947
B) Flexibilização e Compensação de Jornada.....	951
a) Título Jurídico Autorizador (Até Lei n. 9.601/98).....	951
b) Parâmetro Temporal Máximo (Até Lei n. 9.601/98).....	956
c) Compensação Anual/Banco de Horas (Lei n. 9.601/98).....	959
Dinâmica do Banco de Horas.....	964
d) Restrições ao Regime Compensatório.....	966
V. MODALIDADES DE JORNADA — O PROBLEMA DO CONTROLE.....	968
1. Modalidades de Jornada de Trabalho.....	968
2. Jornadas Controladas.....	969
3. Jornadas Não Controladas.....	970
A) Atividade Externa Incompatível com a Fixação de Horário.....	971
a) A Peculiaridade dos Motoristas Profissionais.....	972
b) Trabalho no Domicílio (<i>Home Office</i>) e Teletrabalho.....	973
B) Exercentes de Cargos de Gestão.....	975
4. Jornada Não Tipificada: a categoria doméstica.....	976
EC n. 72/2013: extensão da regulação normativa.....	977
VI. JORNADA PADRÃO DE TRABALHO.....	977
VII. JORNADAS ESPECIAIS DE TRABALHO.....	979
1. Caracterização das Jornadas Especiais.....	979
2. Categorias Específicas.....	980
A) Jornadas Superiores a 8 horas.....	980
B) Jornadas Inferiores a 8 horas.....	981
3. Turnos Ininterruptos de Revezamento.....	982
A) Caracterização da Figura Jurídica.....	983
B) Efeitos Jurídicos do Art. 7º, XIV, CF/88.....	985
C) Negociação Coletiva e Jornada Ampliada.....	986
4. Atividade Contínua de Digitação.....	986
VIII. JORNADA EXTRAORDINÁRIA.....	989
1. Caracterização da Jornada Extraordinária.....	989
A) Jornada Extraordinária e Jornada Suplementar.....	990
B) Prorrogações Regulares e Irregulares.....	992
2. Tipos de Jornadas Extraordinárias.....	992
A) Tipologia pela Causa da Prorrogação.....	993
a) Acordo de Prorrogação de Jornada.....	993
b) Regime de Compensação de Jornada.....	995
c) Prorrogação em Virtude de Força Maior.....	996
d) Prorrogação em Virtude de Serviços Inadiáveis.....	998
e) Prorrogação para Reposição de Paralisações Empresariais.....	999
B) Tipologia pelo Título Jurídico Autorizador da Prorrogação.....	1000
C) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação.....	1002
3. Efeitos da Jornada Extraordinária.....	1004
IX. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL.....	1006

1. Trabalho em Regime de Tempo Parcial: tipificação	1007
2. Efeitos do Regime de Tempo Parcial	1008
3. Alteração Contratual para o Regime de Tempo Parcial	1009
X. JORNADA NOTURNA	1010
1. Parâmetros da Jornada Noturna	1010
2. Efeitos Jurídicos da Jornada Noturna	1011
3. Restrições ao Trabalho Noturno	1014

CAPÍTULO XXIV

PERÍODOS DE DESCANSO: INTERVALOS, REPOUSO SEMANAL E EM FERIADOS

I. INTRODUÇÃO	1015
II. INTERVALOS TRABALHISTAS: ANÁLISE JURÍDICA	1016
1. Relevância dos Intervalos Trabalhistas	1016
A) Intervalos e Saúde no Trabalho	1016
B) Transação e Flexibilização dos Intervalos: possibilidades e limites	1018
2. Modalidades de Intervalos Trabalhistas	1022
3. Intervalos Intraornadas: caracterização e efeitos jurídicos	1022
A) Objetivos dos Intervalos Intraornadas	1022
B) Classificação dos Intervalos Intraornadas	1023
a) Intervalos Comuns e Especiais	1023
b) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	1024
Quadro de Intervalos Intraornadas	1025
C) Intervalos Intraornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito	1026
a) Desrespeito a Intervalo Remunerado	1026
b) Desrespeito a Intervalo Não Remunerado	1026
D) Intervalos Intraornadas: outras regras aplicáveis	1028
4. Intervalos Interornadas: caracterização e efeitos jurídicos	1029
A) Objetivos dos Intervalos Interornadas	1029
B) Classificação dos Intervalos Interornadas	1030
a) Intervalos Interornadas e Intersemanais	1030
b) Intervalos Comuns e Especiais	1030
c) Intervalos Remunerados e Não Remunerados	1031
Quadro de Intervalos Interornadas	1032
C) Intervalos Interornadas: repercussões jurídicas de seu desrespeito	1032
a) Desrespeito ao Intervalo Interornadas	1032
b) Desrespeito ao Intervalo Intersemanal	1034
III. DESCANSO SEMANAL E EM FERIADOS: ANÁLISE JURÍDICA	1034
1. Aproximação das Figuras Jurídicas	1034
Normatização Aplicável	1035
2. Descanso Semanal: caracterização e efeitos jurídicos	1036
A) Caracterização do Descanso Semanal	1036
a) Lapsos Temporais	1037
b) Ocorrência Semanal do Descanso	1037
c) Coincidência Preferencial com o Domingo	1038
d) Imperatividade do Descanso Semanal	1041

B) Remuneração do Descanso Semanal	1041
a) Requisitos da Remuneração.....	1041
b) Valor da Remuneração	1042
c) Remuneração do Dia de Descanso Efetivamente Trabalhado	1043
3. Descanso em Feriados: caracterização, especificidades e efeitos jurídicos	1044
A) Tipos de Feriados.....	1045
a) Feriados Cívicos e Religiosos.....	1045
a.1) Feriados Cívicos	1045
a.2) Feriados Religiosos	1046
b) Feriados Nacionais, Regionais e Locais	1047

CAPÍTULO XXV

PERÍODOS DE DESCANSO: FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS

I. INTRODUÇÃO	1048
1. Objetivos das Férias	1048
2. Normatização Aplicável.....	1049
II. CARACTERIZAÇÃO	1050
III. AQUISIÇÃO DAS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO.....	1053
1. Aquisição do Direito a Férias (Período Aquisitivo).....	1053
2. Fatores Prejudiciais à Aquisição das Férias	1054
Situações Especiais.....	1055
3. Duração das Férias Adquiridas	1056
A) Duração Genérica das Férias	1056
B) Duração em Contratos de Tempo Parcial	1056
Restrições Específicas	1058
C) Duração em Contratos Domésticos	1059
IV. CONCESSÃO E GOZO DAS FÉRIAS	1061
1. Concessão Regular das Férias (Período Concessivo)	1062
Época de Concessão.....	1065
2. Concessão Extemporânea das Férias.....	1065
V. FÉRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS.....	1067
1. Férias Individuais: procedimentos concessivos	1067
2. Férias Coletivas: especificidades e procedimentos concessivos.....	1068
A) Caracterização das Férias Coletivas	1068
B) Procedimentos Concessivos.....	1069
VI. REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS	1070
1. Cálculo da Remuneração.....	1070
A) Cálculo Salarial	1071
B) Parcelas Integradas	1071
C) Parcelas Não Integradas	1071
2. Remuneração Simples.....	1072
3. Remuneração Dobrada.....	1072
Natureza Jurídica da Dobra.....	1073
4. Terço Constitucional de Férias.....	1074

5. Conversão Pecuniária das Férias (Abono Pecuniário)	1075
VII. FÉRIAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO: EFEITOS	1077
1. Férias Vencidas e Extinção Contratual	1078
2. Férias Simples e Extinção Contratual	1078
3. Férias Proporcionais e Extinção Contratual	1078
VIII. NATUREZA JURÍDICA DAS FÉRIAS	1081
IX. PRESCRIÇÃO: REGRAS APLICÁVEIS	1083
1. Contagem em Função do Término do Período Concessivo	1083
2. Contagem em Função do Término do Contrato de Trabalho	1084

CAPÍTULO XXVI
FORMAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1085
II. FORMAÇÃO CONTRATUAL TRABALHISTA	1085
Experiência Prévia (art. 442-A, CLT)	1086
III. FORMAÇÃO DO CONTRATO: MOMENTO E LOCAL	1087
1. Policitização e Formação Contratual	1087
2. Formação Contratual e Competência Judicial Trabalhista	1088
IV. FORMAÇÃO CONTRATUAL: PROBLEMAS DO PRÉ-CONTRATO	1089
Indenização pela Perda de Uma Chance	1091
V. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS TRABALHISTAS: SUBJETIVAS E OBJETIVAS	1091
1. Alterações Contratuais Subjetivas	1092
2. Alterações Contratuais Objetivas	1093
VI. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: CLASSIFICAÇÃO	1093
1. Classificação Segundo a Origem	1093
2. Classificação Segundo a Obrigatoriedade	1094
3. Classificação Segundo o Objeto	1094
4. Classificação Segundo os Efeitos	1095
VII. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS OBJETIVAS: PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	1095
1. Princípios Aplicáveis	1096
A) Princípio da Inalterabilidade Contratual Lesiva	1096
B) Princípio do Direito de Resistência Obreiro	1099
C) Diretriz do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1099
2. Princípios Informativos: contradição aparente e compatibilização	1101
3. Critérios Autorizativos do <i>Jus Variandi</i> Empresarial	1102
VIII. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUALITATIVO	1104
1. Conceituação	1104
2. Alteração de Função	1104
A) Conceito e Distinções	1104
B) Regras Aplicáveis	1106
Compatibilização Normativa	1107
C) Alterações Funcionais Favoráveis e Desfavoráveis	1108
D) Alterações Funcionais Lícitas	1108

a) Situações Excepcionais ou de Emergência	1109
b) Substituição Temporária	1109
c) Destituição do Cargo ou Função de Confiança.....	1110
Reversão/Retrocessão/Rebaixamento	1111
d) Extinção do Cargo ou Função.....	1111
e) Alteração de PCS ou Quadro de Carreira.....	1112
f) Readaptação Funcional por Causa Previdenciária	1112
g) Promoção ou Remoção	1113
IX. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO QUANTITATIVO	1114
1. Conceito e Modalidades.....	1114
2. Alteração da Duração do Trabalho: modalidades	1115
A) Alterações Ampliativas da Duração do Trabalho.....	1115
a) Classificação das Alterações Ampliativas Lícitas	1115
a.1) Causa da Prorrogação.....	1115
a.2) Título Jurídico da Prorrogação	1117
a.3) Tipologia pelo Tempo Lícito de Prorrogação	1119
b) Prorrogações Realizadas Irregularmente	1120
c) Efeitos Jurídicos do Trabalho Extraordinário.....	1121
B) Alterações Redutoras da Duração do Trabalho	1122
C) Alterações de Horário de Trabalho	1124
3. Alteração de Salário: modalidades.....	1125
A) Elevações Salariais.....	1125
B) Reduções Salariais	1125
a) Redução Salarial Direta	1126
a.1) Redução Nominal de Salários	1126
a.2) Redução Real de Salários.....	1127
b) Redução Salarial Indireta.....	1127
X. ALTERAÇÕES OBJETIVAS DO TIPO CIRCUNSTANCIAL	1128
1. Conceituação	1128
2. Alteração do Local de Trabalho no País	1128
A) Distinções.....	1129
a) Remoções Relevantes e Não Relevantes	1129
b) Remoções Lícitas e Remoções Ilícitas	1130
B) Efeitos da Remoção/Transferência.....	1131
C) Adicional de Transferência.....	1132
a) Pontos Consensuais	1132
b) Critérios de Incidência do Adicional	1133
c) Novo Critério Incidente: Lei Maria da Penha.....	1135
d) Adicional: valor e repercussões contratuais.....	1136
D) Ajuda de Custo por Transferência.....	1136
E) Empregados Intransferíveis	1136
a) Empregados Estáveis e Dirigentes Sindicais.....	1137
b) Outros Obreiros Relativamente Protegidos	1139
3. Transferência Obreira para o Exterior.....	1140

A) Inviabilidade do <i>Jus Variandi</i>	1140
B) Diploma Especial: Lei n. 7.064/82.....	1140
a) Critérios e Direitos da Lei n. 7.064.....	1141
b) Aplicação Analógica da Lei n. 7.064	1142
C) Atenuação Gradativa da Súmula 207, com Alargamento da Incidência da Lei n. 7.064/82	1143
D) Generalização da Lei n. 7.064 pela Lei n. 11.962/2009.....	1144

CAPÍTULO XXVII INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1145
II. CONCEITO E DENOMINAÇÕES.....	1145
1. Conceituação	1145
2. Denominações	1146
III. DISTINÇÕES RELEVANTES	1147
1. Interrupção e Suspensão: críticas à tipologia celetista	1147
2. Distinções Existentes	1149
A) Suspensão: características	1149
B) Interrupção: características.....	1150
IV. SUSPENSÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1150
1. Suspensão por Motivo Alheio à Vontade Obreira	1150
Atenuação de Efeitos Jurídicos	1151
2. Suspensão por Motivo Lícito Atribuível ao Empregado	1152
3. Suspensão por Motivo Ilícito Atribuível ao Empregado.....	1153
4. Suspensão: efeitos jurídicos	1154
A) Efeitos Contratuais da Suspensão.....	1154
a) Suspensão e Justa Causa	1154
b) Suspensão e Pedido de Demissão	1155
B) Prazo para Retorno após Suspensão	1156
V. INTERRUPÇÃO — CASOS TIPIFICADOS E EFEITOS JURÍDICOS	1156
1. Casos de Interrupção Contratual	1157
2. Interrupção: efeitos jurídicos	1159
A) Efeitos Contratuais da Interrupção.....	1159
B) Prazo para Retorno após a Interrupção.....	1160
VI. INTERRUPÇÃO E SUSPENSÃO: SITUAÇÕES CONTROVERTIDAS.....	1160
1. Serviço Militar.....	1161
2. Acidente do Trabalho ou Doença Profissional	1163
3. Afastamento Maternidade	1165
A) Aspectos Legais	1165
B) Enquadramento Jurídico	1167
4. Encargos Públicos	1169
5. Afastamento da Trabalhadora em Face de Violência (Lei <i>Maria da Penha</i>).....	1170

VII. CASOS EM DESTAQUE — SUSPENSÃO DISCIPLINAR E SUSPENSÃO PARA INQUÉRITO ..	1173
1. Suspensão Disciplinar.....	1173
A) Natureza Jurídica.....	1173
B) Critérios de Aplicação da Pena Suspensiva	1173
C) Limites à Penalidade.....	1174
D) Dosagem Judicial da Suspensão: debate.....	1174
2. Suspensão para Inquérito	1176
A) Cabimento da Figura.....	1176
B) Natureza Jurídica	1177
C) Prazos Legais	1178
D) Efeitos da Sentença do Inquérito.....	1179
E) Suspensão Preventiva e Reintegração Liminar	1179
VIII. NOVO CASO EM DESTAQUE: SUSPENSÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO EMPREGADO	1180
1. Requisitos da Nova Hipótese Suspensiva	1181
Desrespeito aos Requisitos Legais	1181
2. Prazo Legal.....	1182
3. Efeitos da Suspensão Contratual.....	1182
A) Bolsa de Qualificação Profissional.....	1183
B) Parcelas Devidas pelo Empregador ao Obreiro Afastado.....	1184
C) Ruptura Contratual	1184
Desestímulo Rescisório.....	1185
IX. INTERRUPTÃO E SUSPENSÃO NOS CONTRATOS A TERMO	1185
1. Regência Normativa Especial dos Contratos a Termo.....	1186
A) Extinção Preemptória do Contrato	1186
B) Extinção Contratual Prorrogada.....	1187
C) Resgate do Prazo de Afastamento	1188
2. Afastamento Acidentário e Contratos a Termo: exceção constitucional configurada.....	1188
3. Afastamento da Gestante em Contratos a Termo: outra exceção constitucional.....	1189

CAPÍTULO XXVIII

TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO — MODALIDADES E EFEITOS

I. INTRODUÇÃO	1191
II. EXTINÇÃO CONTRATUAL — PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	1192
1. Princípio da Continuidade da Relação de Emprego	1193
2. Princípio das Presunções Favoráveis ao Trabalhador.....	1196
3. Princípio da Norma mais Favorável	1197
III. RESTRIÇÕES À EXTINÇÃO CONTRATUAL	1197
1. Restrições a Contratos a Termo.....	1198
2. Estabilidade e Garantias de Emprego	1199

3. Interrupção e Suspensão Contratuais.....	1201
4. Motivação da Dispensa pelo Empregador.....	1202
A) Convenção 158 da OIT.....	1203
B) Concurso Público e Motivação da Dispensa.....	1204
IV. EXTINÇÃO CONTRATUAL — EVOLUÇÃO JURÍDICA NO BRASIL.....	1206
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista.....	1206
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1207
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho.....	1209
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista.....	1209
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa.....	1210
4. Dispensa Coletiva: novas leituras da Constituição.....	1212
V. MODALIDADES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL: TIPOLOGIAS.....	1214
1. Classificação Civilista: modos normal e anormal de extinção.....	1215
2. Classificação Segundo as Causas de Extinção.....	1217
3. Outra Classificação: rescisão, resolução e rescisão do contrato.....	1219
VI. EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	1220
1. Extinção dos Contratos por Tempo Determinado.....	1220
A) Extinção Normal.....	1221
B) Extinção Anormal.....	1221
a) Dispensa Antecipada por Ato Empresarial.....	1221
b) Pedido de Demissão Antecipado pelo Obreiro.....	1223
2. Extinção dos Contratos por Tempo Indeterminado.....	1224
A) Modalidades Extintivas e Parcelas Rescisórias.....	1226
a) Dispensa arbitrária (ou despedida sem justa causa ou, ainda, dispensa desmotivada).....	1226
b) Pedido de demissão pelo obreiro.....	1227
c) Distrato.....	1228
d) Dispensa por justa causa operária.....	1229
e) Ruptura por infração empresarial (rescisão indireta).....	1229
f) Ruptura por culpa recíproca.....	1230
g) Extinção da empresa ou do estabelecimento.....	1231
h) Morte do empregado ou do empregador-pessoa natural.....	1232
B) Outros Pagamentos Rescisórios.....	1234
3. Penalidades Relativas ao Pagamento Rescisório.....	1234
A) Pena do Art. 477, da CLT.....	1233
B) Pena do Art. 467, da CLT.....	1236
Entidades Estatais: exclusão da pena.....	1237
VII. FORMALIDADES RESCISÓRIAS.....	1238
1. Capacidade do Empregado.....	1239
2. Homologação Rescisória: formalidades e assistência.....	1240
3. Rescisão via Comissões de Conciliação Prévia.....	1242
A) Problemas no Enquadramento Jurídico da Nova Figura.....	1243
B) Formalidades e Poderes Rescisórios.....	1243

CAPÍTULO XXIX
TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO LÍCITO DAS PARTES: DISPENSA SEM JUSTA CAUSA E DISPENSA MOTIVADA, MAS SEM CULPA OBREIRA. PEDIDO DE DEMISSÃO PELO EMPREGADO. O INSTITUTO DO AVISO-PRÉVIO

I. INTRODUÇÃO	1246
II. TÉRMINO CONTRATUAL POR ATO LÍCITO DAS PARTES — RESILIÇÃO UNILATERAL: NATUREZA JURÍDICA.....	1247
1. O Contraponto da Convenção 158 da OIT	1249
2. Entidades Estatais: o contraponto da motivação da dispensa.....	1250
III. RESILIÇÃO POR ATO EMPRESARIAL — DISPENSA INJUSTA.....	1251
1. Modalidades de Despedidas.....	1251
A) Classificação conforme a Motivação da Dispensa.....	1251
B) Despedidas Individuais e Coletivas	1252
Despedidas Coletivas: inferências constitucionais	1253
2. Aspectos Próprios à Despedida Injusta	1255
3. Limitações à Dispensa Injusta	1256
A) Causas Restritivas	1257
B) Efeitos da Dispensa Irregular.....	1261
IV. DISPENSA MOTIVADA POR FATORES TÉCNICOS, ECONÔMICOS OU FINANCEIROS	1264
1. Convenção 158 da OIT.....	1265
2. Motivação da Dispensa do Servidor Celetista Concursado.....	1266
3. Dispensa Motivada <i>versus</i> Dispensa Arbitrária: outros aspectos	1267
V. RESILIÇÃO POR ATO OBREIRO — PEDIDO DE DEMISSÃO.....	1269
VI. RESILIÇÃO BILATERAL — DISTRATO TRABALHISTA.....	1271
PDIs/PDVs: enquadramento jurídico	1272
VII. O AVISO-PRÉVIO NAS RUPTURAS CONTRATUAIS	1272
1. Conceito e Natureza Jurídica.....	1272
2. Cabimento do Aviso-Prévio.....	1273
3. Prazos, Tipos e Efeitos	1275
A) Prazos do Aviso-Prévio.....	1275
B) Tipos de Aviso-Prévio.....	1275
C) Efeitos do Aviso-Prévio.....	1277
4. A Proporcionalidade do Pré-Aviso (Lei n. 12.506/2011).....	1279

CAPÍTULO XXX
TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADO: DISPENSA POR JUSTA CAUSA

I. INTRODUÇÃO	1283
II. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES TRABALHISTAS: SISTEMAS PERTINENTES.....	1283
III. JUSTA CAUSA E FALTA GRAVE: CONCEITO E DIFERENCIAÇÃO	1285
IV. INFRAÇÕES OBREIRAS: CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES.....	1286
1. Requisitos Objetivos	1288
2. Requisitos Subjetivos.....	1289
3. Requisitos Circunstanciais.....	1290

V. INFRAÇÕES OBREIRAS TIPIFICADAS: JUSTAS CAUSAS	1293
1. Infrações do Art. 482 da CLT	1294
2. Outras Infrações Obreiras Tipificadas.....	1303
3. Infração Obreiras em Destaque: assédio sexual e assédio moral.....	1306
VI. PUNIÇÕES TRABALHISTAS	1309
1. Penalidades Acolhidas	1309
2. Penalidades Rejeitadas	1312

CAPÍTULO XXXI

TÉRMINO DO CONTRATO POR ATO CULPOSO DO EMPREGADOR: RESCISÃO INDIRETA

I. INTRODUÇÃO	1314
II. INFRAÇÃO EMPRESARIAL — APROXIMAÇÕES E ESPECIFICIDADES EM FACE DA JUSTA CAUSA OBREIRA.....	1314
1. Requisitos Objetivos	1315
2. Requisitos Subjetivos.....	1316
3. Requisitos Circunstanciais	1317
III. FIGURAS DE INFRAÇÃO EMPRESARIAL	1319
1. Infrações do Art. 483 da CLT	1319
2. Infrações Empresariais em Destaque: assédio moral e assédio sexual.....	1323
A) Assédio Moral.....	1324
B) Assédio Sexual.....	1325
IV. PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À RESCISÃO INDIRETA.....	1326
1. Ação Trabalhista com Pleito de Rescisão Indireta	1327
2. Rescisão Indireta e Afastamento do Empregado do Trabalho.....	1328
A) Afastamento do Trabalho: possibilidade jurídica	1328
B) Afastamento Laborativo e Improcedência do Pedido: efeitos jurídicos.....	1329
V. SITUAÇÕES ESPECIAIS DE TÉRMINO CONTRATUAL PREVISTAS NO ART. 483 DA CLT ...	1331
1. Desempenho de Obrigações Legais Incompatíveis.....	1331
2. Morte do Empregador Constituído em Firma Individual.....	1332
VI. TÉRMINO CONTRATUAL POR CULPA RECÍPROCA DAS PARTES.....	1333
VII. RESOLUÇÃO CONTRATUAL CULPOSA E CONTRATOS DOMÉSTICOS.....	1334

CAPÍTULO XXXII

ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO. INDENIZAÇÕES RESCISÓRIAS — FGTS

I. INTRODUÇÃO	1336
II. AS ANTIGAS ESTABILIDADE E INDENIZAÇÃO CELETISTAS E O REGIME DO FGTS.....	1337
1. Antigo Modelo Jurídico Celetista.....	1338
2. O FGTS e a Liberalização do Mercado de Trabalho.....	1339
3. Constituição de 1988 e Extinção do Contrato de Trabalho.....	1341
A) Universalização do FGTS e Revogação do Sistema Celetista.....	1341
B) Restrição à Dispensa Arbitrária ou Sem Justa Causa	1342
C) Dispensa Coletiva: graduação do poder empresarial.....	1344

III. ESTABILIDADE NO EMPREGO	1346
1. Estabilidade Celetista.....	1347
2. Estabilidade do Art. 19 do ADCT da Constituição de 1988.....	1348
3. Estabilidade do Art. 41 da Constituição de 1988	1349
4. Estabilidade Advinda de Ato Empresarial	1351
IV. GARANTIAS DE EMPREGO (ESTABILIDADES PROVISÓRIAS)	1352
1. Estabilidades Provisórias de Origem Constitucional	1354
A) Imunidade Sindical.....	1354
B) Dirigente de CIPA e Mulher Gestante	1355
2. Estabilidades Provisórias de Origem Legal	1357
V. ESTABILIDADE E GARANTIAS DE EMPREGO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA DISPENSA IRREGULAR.....	1359
Peculiaridade do Dirigente de CIPA.....	1362
VI. INDENIZAÇÕES POR TEMPO DE SERVIÇO OU RUPTURA CONTRATUAL.....	1363
1. Antiga Indenização Rescisória e por Tempo de Serviço	1364
2. Outras Indenizações Rescisórias.....	1366
A) Indenizações Rescisórias em Contratos a Termo.....	1366
B) Indenização por Dispensa Injusta no Trintídio Anterior à Data-base	1367
VII. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	1368
1. Características do FGTS.....	1369
A) Recolhimentos de FGTS.....	1369
B) Abrangência do FGTS.....	1370
C) Saque do FGTS e Acréscimo Rescisório.....	1371
2. O FGTS como Fundo Social com Destinação Variada	1374
A) Natureza Jurídica	1375
B) Prescrição	1376

**LIVRO III
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**CAPÍTULO XXXIII
DIREITO COLETIVO: ASPECTOS GERAIS**

I. INTRODUÇÃO	1379
II. DENOMINAÇÃO	1380
1. Denominações Arcaicas.....	1380
2. Denominações Atuais	1381
A) Direito Coletivo do Trabalho.....	1381
B) Direito Sindical	1382
C) Direito Social.....	1382
III. DEFINIÇÃO	1383
IV. CONTEÚDO.....	1383
V. FUNÇÃO	1385
1. Funções Justrabalhistas Gerais.....	1385
Extensão ao Direito Coletivo	1387
2. Funções Juscoletivas Específicas	1389

VI. CONFLITOS COLETIVOS DE TRABALHO E SUA RESOLUÇÃO	1391
1. Modalidades de Conflitos Coletivos	1391
2. Modalidades de Resolução de Conflitos Coletivos	1392
Uma Fórmula Controvertida: dissídio coletivo	1393
VII. O PROBLEMA DA AUTONOMIA DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1397

CAPÍTULO XXXIV
PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

I. INTRODUÇÃO	1400
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DO DIREITO COLETIVO — TIPOLOGIA	1401
Tipologia de Princípios	1402
III. PRINCÍPIOS ASSECURATÓRIOS DA EXISTÊNCIA DO SER COLETIVO OBREIRO	1403
1. Princípio da Liberdade Associativa e Sindical	1404
A) Cláusulas de Sindicalização Forçada	1405
B) Práticas Antissindicais	1406
C) Garantias à Atuação Sindical	1407
2. Princípio da Autonomia Sindical	1408
IV. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE OS SERES COLETIVOS TRABALHISTAS..	1411
1. Princípio da Interveniência Sindical na Normatização Coletiva	1411
2. Princípio da Equivalência dos Contratantes Coletivos	1413
3. Princípio da Lealdade e Transparência na Negociação Coletiva	1415
V. PRINCÍPIOS REGENTES DAS RELAÇÕES ENTRE NORMAS COLETIVAS NEGOCIADAS E	
NORMAS ESTATAIS	1416
1. Princípio da Criatividade Jurídica da Negociação Coletiva	1417
2. Princípio da Adequação Setorial Negociada	1419

CAPÍTULO XXXV
DIREITO COLETIVO E SINDICATO

I. INTRODUÇÃO	1422
II. DEFINIÇÃO	1423
III. SISTEMAS SINDICAIS	1424
1. Critérios de Agregação dos Trabalhadores no Sindicato	1424
A) Sindicatos por Ofício ou Profissão	1425
B) Sindicato por Categoria Profissional	1425
C) Sindicato por Empresa	1427
D) Sindicatos por Ramo Empresarial de Atividades	1428
2. Unicidade <i>versus</i> Pluralidade. A Unidade Sindical	1429
A) Unicidade no Brasil: modelo tradicional	1430
B) A Posição da Constituição de 1988	1430
C) Liberdade Sindical no Brasil: requisitos	1431
Garantias à Atuação Sindical	1431

IV. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA ATUAL	1432
1. Estrutura Sindical	1434
A) Estrutura Externa	1434
Centrais Sindicais	1434
B) Estrutura e Funcionamento Internos	1436
2. Registro Sindical	1437
3. Funções, Prerrogativas e Receitas Sindicais	1438
A) Funções e Prerrogativas	1438
B) Receitas Sindicais	1440
V. GARANTIAS SINDICAIS	1442
1. Garantia Provisória de Emprego	1442
2. Inamovibilidade do Dirigente Sindical	1445
3. Garantias Oriundas de Normas da OIT	1445
VI. NATUREZA JURÍDICA DO SINDICATO	1447
VII. SINDICATO: RETROSPECTIVA HISTÓRICA	1448
1. Evolução Sindical nos Países de Capitalismo Central	1450
Autoritarismo e Refluxo Sindical	1453
2. Evolução Sindical no Brasil	1453
A) Período Inicial do Sindicalismo Brasileiro	1453
B) 1930: implantação e reprodução de modelo sindical	1455
Continuidade do Modelo nas Décadas Subsequentes	1458
C) Constituição de 1988: deflagração e aprofundamento de mudanças	1459
a) Avanços Democráticos	1460
Carta de Direitos	1461
b) Contradições Antidemocráticas	1462
D) Novo Modelo Sindical: democratização com garantias legais	1463
VIII. SINDICATO E DIREITO DO TRABALHO — AVALIAÇÃO	1464

CAPÍTULO XXXVI
NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA

I. INTRODUÇÃO	1466
II. IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA	1467
1. Parâmetros dos Modelos Justrabalistas Democráticos	1468
A) Normatização Autônoma e Privatística	1469
B) Normatização Privatística Subordinada	1469
2. Parâmetros do Modelo Justrabalista Autoritário	1470
3. Democracia e Normatização Estatal: reflexões complementares	1471
III. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABA- LHO	1472
1. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: definição	1473
2. Convenção e Acordo Coletivos de Trabalho: distinções	1475
IV. CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVOS DE TRABALHO — ASPECTOS CARACTERÍSTICOS	1475
1. CCT e ACT: normatização aplicável	1476

2. CCT e ACT: caracterização.....	1478
A) Legitimação.....	1478
a) Centrais sindicais.....	1479
b) Entes estatais.....	1480
B) Conteúdo.....	1481
C) Forma.....	1482
D) Vigência.....	1483
E) Duração.....	1483
F) Prorrogação, Revisão, Denúncia, Revogação, Extensão.....	1484
V. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS — CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO.....	1484
1. Denominação: dubiedades.....	1484
2. Caracterização.....	1485
VI. DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: EFEITOS JURÍDICOS.....	1486
1. Regras Coletivas Negociadas e Regras Estatais: hierarquia.....	1487
A) Hierarquia Normativa: teoria geral.....	1487
B) Hierarquia Normativa: especificidade justralhista.....	1488
Acumulação <i>Versus</i> Conglobamento.....	1489
2. Regras de Convenção e Acordo Coletivos: hierarquia.....	1491
3. Regras Negociais Coletivas e Contrato de Trabalho: relações.....	1492
A) Aderência Irrestrita (ultratividade plena).....	1492
B) Aderência Limitada pelo Prazo (sem ultratividade).....	1493
C) Aderência Limitada por Revogação (ultratividade relativa).....	1493
VII. NEGOCIAÇÃO COLETIVA — POSSIBILIDADES E LIMITES.....	1495
VIII. DIPLOMAS COLETIVOS NEGOCIADOS: NATUREZA JURÍDICA.....	1498
1. Teorias Explicativas Tradicionais.....	1498
2. Contrato Social Normativo.....	1500

CAPÍTULO XXXVII
A GREVE NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO.....	1501
II. LOCAUTE.....	1502
1. Caracterização.....	1502
2. Distinções.....	1503
3. Regência Jurídica.....	1504
4. Efeitos Jurídicos.....	1506
III. O INSTITUTO DA GREVE.....	1507
1. Caracterização.....	1507
A) Caráter Coletivo do Movimento.....	1507
B) Sustação de Atividades Contratuais.....	1508
C) Exercício Coercitivo Coletivo e Direto.....	1509
D) Objetivos da Greve.....	1510
E) Enquadramento Variável de seu Prazo de Duração.....	1511

2. Distinções.....	1512
A) Figuras Próximas ou Associadas.....	1513
B) Formas de Pressão Social.....	1514
C) Condutas Ilícitas de Pressão.....	1514
3. Extensão e Limites.....	1515
A) Extensão do Direito.....	1515
B) Limitações ao Direito.....	1516
4. Requisitos.....	1518
5. Direitos e Deveres dos Grevistas.....	1519
A) Direitos dos Grevistas.....	1519
B) Deveres dos Grevistas.....	1520
6. Uma Especificidade: greve e serviço público.....	1520
Eficácia de Regra Constitucional: permanência de um debate.....	1522
a) Vertente Tradicional.....	1523
b) Vertente Moderna.....	1524
7. Greve: natureza jurídica e fundamentos.....	1527
A) Natureza Jurídica.....	1527
Outras Concepções.....	1529
B) Fundamentos.....	1531
8. Greve: retrospectiva histórico-jurídica.....	1531
9. Greve: competência judicial.....	1534

CAPÍTULO XXXVIII
ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO

I. INTRODUÇÃO.....	1535
II. MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO, HETERO-COMPOSIÇÃO.....	1535
1. Autotutela.....	1536
2. Autocomposição.....	1536
3. Heterocomposição.....	1537
A) Enquadramento Jurídico: controvérsias.....	1538
B) Métodos Existentes.....	1539
III. ARBITRAGEM NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	1541
1. Distinções Relevantes.....	1541
2. Tipos de Arbitragem.....	1542
3. Arbitragem no Direito Individual do Trabalho.....	1544
4. Arbitragem no Direito Coletivo do Trabalho.....	1546
IV. MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	1548
Conflitos Coletivos do Trabalho: tipos de mediação.....	1549
V. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	1549
1. Enquadramento Jurídico.....	1550
2. Dinâmica das Comissões de Conciliação Prévia.....	1551
BIBLIOGRAFIA.....	1555